

RELATÓRIO GERENCIAL

SEGUNDO
CICLO DO
ASSEMBLEIA
FISCALIZA 2019

INFRAESTRUTURA
E MOBILIDADE



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

Marco Aurélio Barcelos

Subsecretário de Estado de Infraestrutura

Breno Longobucco

Subsecretária de Estado de Transportes e Mobilidade

Mônica Salles Lanna

Coordenadora Especial de Concessões e Parcerias

Vanice Cardoso Ferreira

Introdução

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo, foi criada a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), em substituição à Secretaria de Transportes e Obras Públicas (Setop).

Entretanto, mais que uma mudança meramente semântica, a Seinfra ganhou também uma nova estrutura organizacional, consonante com o atual momento de modernização da gestão pública e adequada às atuais necessidades – e desafios – de desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais. Nossa missão se ampliou: continuamos trabalhando para a melhoria dos serviços de transporte e obras públicas, mas estamos cada vez mais empenhados em buscar novas soluções de mobilidade e infraestrutura para os mineiros e mineiras.

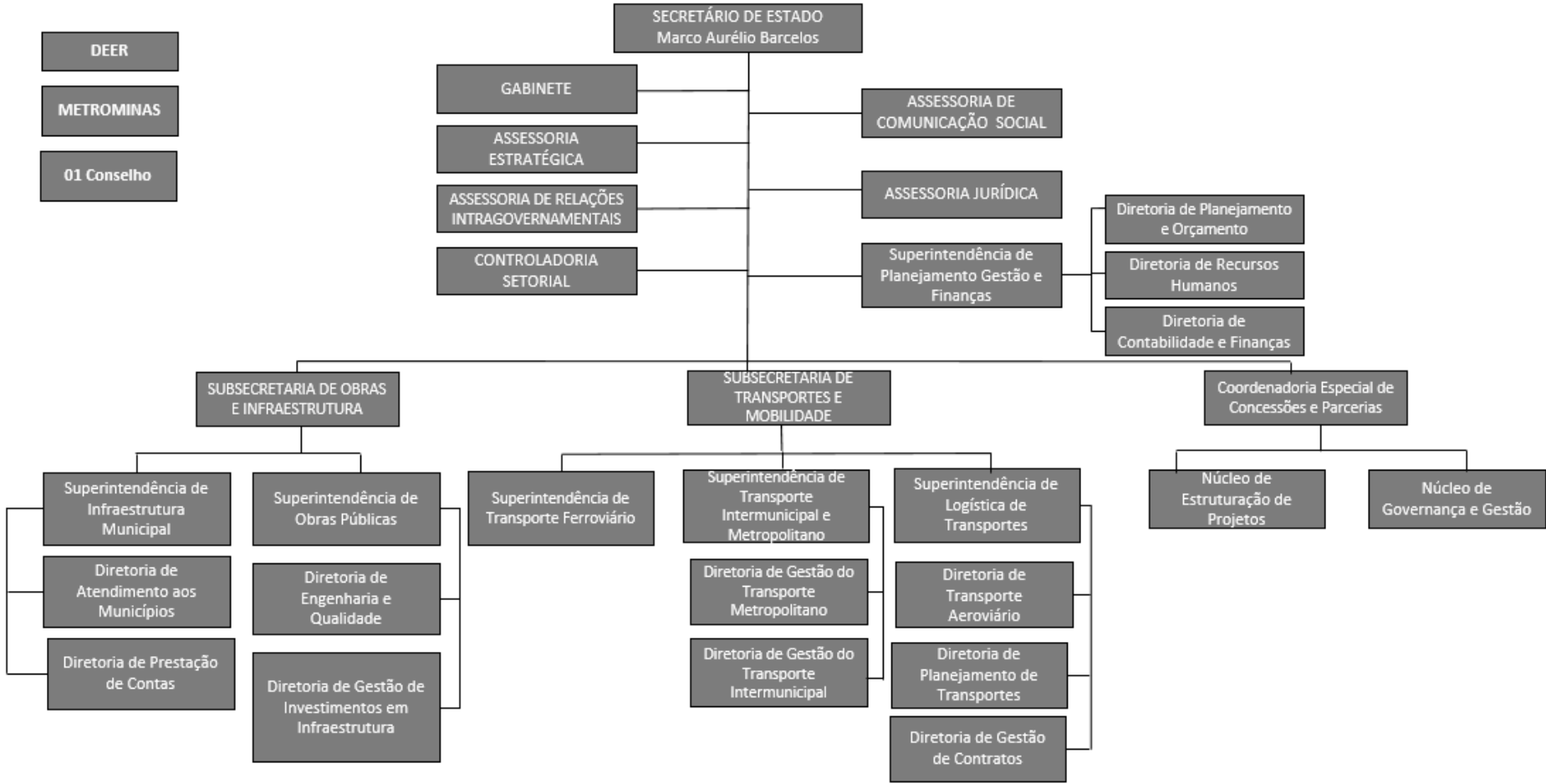
Diante do grave cenário financeiro que se instaurou no estado, faz-se mister reforçar que os recursos são escassos e insuficientes para o atendimento de todas as demandas de infraestrutura. Por isso, acreditamos que uma intensa mobilização entre os Poderes se faz necessária para a recuperação do Estado.

Mesmo com as limitações orçamentárias e o desafio adicional de fazer com que o Estado não pare, a Seinfra está trabalhando para prover serviços e soluções aos cidadãos. E é neste contexto que a realização do Assembleia Fiscaliza se faz tão importante, por se tratar de uma oportunidade a mais de aproximação entre os Poderes e de um momento de prestação de informações acerca do trabalho que vem sendo desenvolvido no Governo de Minas Gerais.

Desta forma, a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade apresenta, neste relatório gerencial, as respostas aos questionamentos enviados em virtude do 2º ciclo do Assembleia Fiscaliza 2019, e se coloca à disposição para mais esclarecimentos.

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

Estrutura da Seinfra (com base na Lei 23.304/19)



Prestação de informações

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Classificação	Tema enfatizado
Administração Pública – Planejamento e Orçamento	Planejamento da Seinfra objetivando concluir obras estaduais em andamento e licitadas, bem como a priorização delas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020
Transporte e Trânsito – Concessão de Rodovias	Estimativas se os recursos provenientes das concessões anunciadas, destinados ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes, o qual tem como objetivo repassar recursos e financiar serviços, obras, ações e atividades relativas aos transportes do Estado, serão suficientes para a conservação das demais rodovias do Estado

Em primeiro lugar, é importante destacar que o Estado de Minas Gerais passa por grave situação fiscal, com dívida herdada de R\$ 34,5 bilhões e previsão de déficit de mais R\$ 15 bilhões para este ano. Diante desse cenário, a atual gestão vem enfrentando dificuldades para dar seguimento às obras paralisadas por governos anteriores em Minas Gerais.

Apesar disso, a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra) criou o Escritório de Acompanhamento de Obras, para reunir informações de todos os empreendimentos parados no Estado, permitindo um monitoramento intensivo, daqueles que forem se iniciando, com acompanhamento do cronograma de execução e respectivos pagamentos.

No atual cenário, o Escritório cuidou da priorização das obras junto, por exemplo, às Secretarias de Educação, Segurança e Saúde, de forma a dar resolutividade e, ainda, otimizar os poucos recursos disponíveis do Estado para essa finalidade.

Para a priorização, foi utilizada a metodologia de “Orçamento Base Zero”, que tem como premissa a otimização dos gastos a partir do custo benefício das entregas e resultados obtidos. A listagem obtida com a implementação da metodologia foi ponto de partida para reuniões realizadas com todos os órgãos/entidades demandantes das obras, separadamente, que contribuíram para o refinamento dos itens selecionados, conforme maior aderência com os resultados esperados de suas políticas públicas.

O referido trabalho resultou em uma listagem com 69 obras priorizadas em Minas Gerais, assim distribuídas:

Tema	Qtidade	Fonte tesouro
Infraestrutura	5	32,7 milhões
Defesa social	17	27,4 milhões
Educação	17	11,9 milhões
Saúde	27	5,6 milhões
Equipamentos Públicos	3	3,4 milhões
TOTAL	69	81 milhões

O Governo do Estado tem duas obras viárias a iniciar, sendo elas: melhoramento e pavimentação do trecho entre Conceição do Mato Dentro e o Serro (MG-010); e o acesso ao Inhotim (Brumadinho), Viaduto I e II e Construção da Ponte sobre o Rio Paraopeba.

De outro lado, já são 18 obras de edificações retomadas, entre elas a construção do Centro Socioeducativo de Alfenas; construção das cadeias públicas masculinas de Iturama e de Ubá; reformas da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Escola Estadual Delfim Moreira, em Juiz de Fora; reforma da Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Todas estão listadas no quadro a seguir:

Obra	Município	Executado	Previsão de entrega	Valor para conclusão
INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO NA FUNED	BELO HORIZONTE	0%	31/12/2020	1.366.667
CONCLUSÃO DA AMPLIAÇÃO DA CADEIA PÚBLICA DE ALFENAS	ALFENAS	0%	13/05/2020	3.978.341
REFORMA E RESTAURAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA	JUIZ DE FORA	3%	07/07/2021	8.445.862
REFORMA DA BIBLIOTECA ESTADUAL LUIZ DE BESSA	BELO HORIZONTE	7%	09/06/2020	4.297.355
REFORMA DA ESCOLA INDÍGENA XACRIABÁ RIACHINHO	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	8%	02/02/2020	205.283
CONSTRUÇÃO SOCIOEDUCATIVO DE ALFENAS	ALFENAS	13%	27/06/2020	12.771.911
CONSTRUÇÃO DA CADEIA PÚBLICA DE ITURAMA	ITURAMA	27%	31/01/2020	18.099.471
PAC RIACHO DAS PEDRAS	CONTAGEM	35%	04/02/2021	92.713.947
PAC FERRUGEM - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	CONTAGEM	38%	18/03/2020	29.826.374
CONSTRUÇÃO DA CADEIA PÚBLICA DE UBÁ	UBÁ	40%	18/06/2020	13.108.169
RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PAULA ROCHA	SABARÁ	43%	15/08/2020	3.086.366
SISTEMA VIÁRIO - BRT'S SÃO GABRIEL, SÃO BENEDITO E MORRO ALTO	BELO HORIZONTE, SANTA LUZIA E VESPASIANO	46%	04/12/2019	8.445.912
CONCLUSÃO DA REFORMA DO HOSPITAL INFANTIL JOÃO PAULO II	BELO HORIZONTE	58%	31/10/2019	250.000
REFORMA DA ESCOLA INDÍGENA XACRIABÁ RIACHO COMPRIDO	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	64%	02/02/2020	215.546
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL NOVA PAMPULHA	VESPASIANO	77%	14/12/2019	1.181.399
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL SANTA CRUZ	VESPASIANO	77%	30/12/2019	973.897
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ROMERO DE CARVALHO	PEDRO LEOPOLDO	80%	12/01/2020	911.053
ESCOLA DE DESIGN DA UEMG	BELO HORIZONTE	91%	27/12/2019	7.752.208

Para 2020, estas obras já iniciadas prosseguirão. Entretanto, vale destacar que, no orçamento previsto para 2020, continuam não sendo previstos recursos para novos investimentos. Para novas obras, o Governo de Minas Gerais pretende, ainda assim, buscar recursos por meio de: 1) emendas parlamentares 2) captação de recursos diretos – celebração de convênios 3) via Programa de Concessões e 4) pagamento de outorgas.

Sob esse contexto, aliás, de se buscar viabilizar recursos, foi editado o Catálogo de Obras, lançado em outubro pelo Governo do Estado, o qual busca orientar a alocação de emendas parlamentares em obras prioritárias em Minas Gerais, nas áreas de infraestrutura viária, saúde, educação, infraestrutura urbana e segurança pública. O material está sendo distribuído para os deputados estaduais e federais, além de outras lideranças, autoridades e empresários, antes do período de votação da LOA de 2020.

Adicionalmente, vale lembrar que a Seinfra lançou, no dia 31 de maio, o seu Programa de Concessões Rodoviárias para o Estado. Envolvendo sete lotes de rodovias estaduais e investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões, o programa conta com 2,5 mil quilômetros de extensão e envolve contratos que vão durar entre 25 a 30 anos. Serão diretamente beneficiados mais de 100 municípios.

Os estudos para essas concessões vêm avançando e, para 2020, já se estima que seja aberta a primeira consulta pública e o primeiro edital, para a contratação dos dois primeiros lotes. Os recursos provenientes das outorgas do novo programa de concessões rodoviárias serão de suma importância para garantir o investimento em trechos rodoviários do Estado, sobretudo aqueles que, em razão da natureza das vias, não comportam o modelo de concessão.

Portanto, serão seguidas, no âmbito das concessões futuras, as destinações previstas no FUNTRANS para as outorgas, conforme definido pelo Decreto 41027/2000, quais sejam: executar obras e prestar serviços na malha rodoviária do Estado; proporcionar a recuperação da malha rodoviária do Estado; induzir os sistemas de transportes no Estado; e dar preferência à pavimentação de estradas de acesso às sedes dos municípios que ainda não tenham ligação asfáltica com as malhas rodoviárias estadual e federal;

Por fim, e ainda sobre as obras paralisadas, a Seinfra destaca que há expectativas de melhorias no horizonte fiscal de Minas Gerais nos próximos anos, o que permitirá o ingresso de novos recursos para a sua conclusão.

Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Classificação	Tema enfatizado
Transporte e Trânsito – Infraestrutura Ferroviária	Informações sobre a instalação e composição e da Superintendência Ferroviária, criada na Seinfra na reforma administrativa de 2019
Transporte e Trânsito – Infraestrutura Ferroviária	Cronograma de contratação, elaboração e conclusão do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, foi criada, no âmbito da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, a Superintendência de Transporte Ferroviário, subordinada à Subsecretaria de Transportes e Mobilidade.

No dia 3/10/2019, já foi nomeada a responsável pela Superintendência Ferroviária da Seinfra, Vânia Silveira de Pádua Cardoso. Com isso, a Secretaria passa a ter uma área dedicada exclusivamente aos assuntos ferroviários do Estado.

Ainda vale lembrar que foi lançado pela Secretaria, no dia 14 de agosto, o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais (PEF), que será composto por um portfólio de projetos priorizados para a implantação e operação de uma nova estrutura ferroviária em Minas Gerais. Como ponto de partida, será construído um diagnóstico do atual sistema ferroviário mineiro, de forma a serem definidas estratégias e construído um plano de investimentos que atenda à demanda do setor e da população mineira.

Coordenados pela Seinfra, os estudos contarão com a contribuição da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). A empresa responsável por estes estudos já foi contratada e os trabalhos já começaram, com expectativa de consolidação do Plano para o ano que vem.

Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas

Classificação	Tema enfatizado
Gestão Governamental	Informação sobre as ações da secretaria viabilizadas ou em viabilização em razão do Pacto por Minas

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra) apoiou, desde o início, a concepção e estruturação do Plano de Investimentos - Pacto por Minas, reconhecendo a importância do engajamento junto ao Governo Federal e da adoção das medidas propostas, que poderão ajudar o Estado de Minas Gerais a superar o atual cenário de déficit financeiro.

Destaca-se, ainda, a participação da Seinfra nas discussões junto à equipe técnica da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Com base nessas discussões, várias propostas que hoje estão encabeçadas no Pacto por Minas puderam ser estruturadas, como, por exemplo, o projeto do Arco Metropolitano Norte de Belo Horizonte.

O Plano de Investimentos é um importante guia nas discussões que vêm sendo feitas com a União e as autoridades federais, e permitirá canalizar e nortear os esforços para as ações listadas no Pacto, com o restabelecimento do Estado de sua capacidade de desenvolvimento e captação.

Classificação	Tema enfatizado
Gestão Governamental – Obras Inacabadas	Informação sobre a situação das ações apontadas para a retomada das obras paralisadas no Estado, como o programa de concessão de rodovias e a tomada de subsídios dos hospitais regionais anunciada pelo governo.

No que tange às obras inacabadas no Estado, ressalta-se que a atual gestão vem enfrentando dificuldades para dar seguimento às obras paralisadas por governos anteriores em Minas Gerais, devido à grave situação fiscal pela qual passa o Estado, conforme já mencionado neste documento.

Entre outros projetos que buscam a retomada das obras em Minas Gerais, destaca-se a publicação da Tomada Pública de Subsídios (TPS) no dia 14 de maio, que busca o recrutamento de interessados em apresentar ideias e soluções para os 11 hospitais regionais, com obras paralisadas no estado há vários anos. Como resultado do chamamento, foram 35 inscritos na TPS, e a primeira reunião de trabalho aconteceu no dia 11 de julho.

Durante o mês de julho foram feitas as visitas técnicas aos hospitais. Ao fim das rodadas de reuniões, as cadastradas terão 30 dias para apresentar, caso desejem, contribuições complementares. A ideia é ter um modelo para os hospitais até fevereiro de 2020.

Sobre o Programa de Concessões Rodoviárias, já mencionado neste relatório, os estudos vêm avançando e, para 2020, já se estima que sejam abertos a primeira consulta pública e o primeiro edital, para a contratação dos dois primeiros lotes.

Classificação	Tema enfatizado
Gestão Governamental – Obras Inacabadas	Informação sobre a situação das obras que dependem de dinheiro da União: requalificação urbana e ambiental do Ribeirão Arrudas e de controle de cheias do Córrego Ferrugem, em Belo Horizonte e Contagem; requalificação urbana e ambiental e de controle de cheias do Riacho das Pedras, em Contagem; PAC Encostas: Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, em diversos municípios, e construção das cadeias de Ubá, Iturama, e ampliação das cadeias de Alfenas, Itajubá e Divinópolis.

Os contratos referentes à execução dos serviços da primeira etapa do PAC Ferrugem estão na lista de priorização da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra). O empreendimento é financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, antigo Ministério das Cidades, por intermédio da

Caixa Econômica Federal, com investimento total nesta etapa de R\$ 48,2 milhões, sendo R\$ 15,8 milhões de contrapartida do Estado.

A Secretaria, por meio do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem (DEER/MG), emitiu, em 3 de julho de 2019, ordem de reinício das obras de implantação de unidades habitacionais e respectiva infraestrutura urbana, destinada ao reassentamento de 304 famílias, dentro do PAC Ferrugem. A previsão é que sejam concluídas em 2020. As obras já haviam sido paralisadas em 2014 e em 2018, sendo reiniciadas em 3/7/2019.

Ademais, a Secretaria está negociando a celebração de convênio para repasse de recursos adicionais para arcar com itens não financiáveis pelo Governo Federal, bem como para os custos decorrentes de reajustamento dos contratos celebrados, relativos a todo o período em que as obras ficaram paralisadas.

Sobre o PAC Riacho das Pedras (projeto financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Regional por intermédio da Caixa Econômica Federal com valor total de investimento de R\$ 127,5 milhões), as obras de implantação das bacias de detenção e respectivas infraestruturas foram retomadas no dia 8/8/2019, com previsão de conclusão para 2020.

Dentro do empreendimento de Requalificação Urbana e Ambiental do Ribeirão Arrudas, financiado pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS/2009, é importante informar que em breve será dada ordem de início para as obras de construção do Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI), e do Centro Comercial e Unidade de Saúde da Família (USF) em Contagem.

Também estão sendo empenhados esforços, em conjunto com o corpo técnico do DEER/MG, para a retomada do PAC Encostas Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, cujas obras beneficiarão diversos municípios no Estado.

Sobre as cadeias públicas, conforme já mencionado neste relatório, já foram dadas ordens de início para a construção das unidades em Ubá (Previsão de entrega em 2020, R\$ 13 milhões em investimentos), Iturama (Previsão de

entrega em 2020, R\$ 18 milhões em investimentos) e Alfenas (ampliação da cadeia, com previsão de término em 2020 e R\$ 4 milhões em investimentos). Juntas, as obras possibilitarão a criação de mais de 1000 vagas prisionais no estado.

A expectativa, agora, está na retomada da construção de novas vagas em Itajubá, no Sul de Minas, e em Divinópolis, no Centro-Oeste. Juntas, as construções somam outras 612 vagas em obras paralisadas em anos anteriores. Os contratos estão em final de reprogramação técnica junto à Caixa Econômica Federal.

Classificação	Tema enfatizado
Gestão Governamental – Obras Inacabadas	Informação sobre o projeto de concessão à iniciativa privada do Parque Estadual do Rio Doce

Foi lançado em abril, pelo Governo do Estado, o Programa de Concessão de Parques Estaduais (PARC) 2019-2022. O objetivo do programa é melhorar a gestão das Unidades de Conservação (UCs) do estado, por meio de parcerias com o setor privado, otimizando os serviços prestados aos visitantes. Assim, serão oferecidos nas unidades de conservação do estado meios de hospedagem, venda de alimentos e bebidas, atividades de lazer e aventura e venda de *souvenires*. As medidas garantirão um aumento no número de usuários e incentivo ao turismo.

Para a consolidação do PARC, foram avaliados e ranqueados pelo IEF todos os parques estaduais e demais unidades de conservação estaduais de categorias que permitem a visitação turística registrada. Após a seleção, com base nesses critérios, considerou-se que 20 unidades possuem potencial para a concessão pretendida:

RANKING	Unidade de Conservação
1º	PE do Ibitipoca
2º	PE do Rio Preto
3º	PE do Rio Doce
4º	PE do Sumidouro
5º	PE Serra do Rola Moça
6º	MN Peter Lund
7º	MN Gruta Rei do Mato
8º	PE do Itacolomi
9º	PE Biribiri
10º	PE Serra do Papagaio
11º	PE de Nova Baden
12º	PE Mata do Limoeiro
13º	FLOE Uamii
14º	PE Serra do Brigadeiro
15º	PE Pico do Itambé
16º	PE Serra Nova
17º	PE Lapa Grande
18º	PE Pau Furado
19º	PE Serra das Araras
20º	PE Serra do Intendente

É importante ressaltar que foi celebrado, em 7/8/2019, termo de cooperação técnica com o Instituto Semeia, que vai ajudar na estruturação do PARC. O programa vem sendo conduzido pelo IEF, com apoio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). A previsão de lançamento dos editais da primeira rodada – Rota Lund – está para início de 2020. O Parque do Rio Doce constitui uma das prioridades dentro do PARC.

A participação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra) no programa, sob esse contexto, é no sentido de viabilizar os procedimentos de concessão, oferecendo os subsídios técnicos, econômico-financeiros e jurídicos.

Cabe destacar, ainda, que a Seinfra está mobilizada para viabilizar a melhoria do acesso ao Parque Estadual do Rio Doce, buscando recursos externos para garantir a continuidade das obras da LMG-760.

Classificação	Tema enfatizado
Transporte e Trânsito – Infraestrutura Aeroviária	1) Informação sobre a situação das tratativas com a Secretaria Nacional de Aviação Civil para a conquista dos recursos necessários para as obras definitivas do aeroporto Regional do Vale do Aço 2) Informação sobre o processo licitatório e o cronograma de execução da obra de recuperação da pista do Aeroporto, diante do quadro de saturação das obras paliativas realizadas no início de 2019.

Sobre o Aeroporto Regional do Vale do Aço, importante equipamento para o transporte de passageiros da região, foi buscada parceria com o Governo Federal para a obra definitiva da pista, por meio de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) – no valor de R\$12,5 milhões. O anúncio foi feito no dia 20/2 pelo governador Romeu Zema, pelo secretário de Infraestrutura e Mobilidade, Marco Aurélio Barcelos e pelo ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

As tratativas para viabilização dos recursos estão em andamento. No momento, os trabalhos encontram-se na fase de adequação do Projeto Básico “execução de obras e serviços de engenharia na pista de pouso e decolagem”, elaborado pelo DEER/Seinfra, para atender aos requisitos da Secretaria Nacional de Aviação Civil. A partir da aprovação do projeto, será contratada a obra, que garantirá uma solução definitiva para o aeroporto.

Classificação	Tema enfatizado
Transporte e Trânsito – Infraestrutura Rodoviária	Esclarecimento sobre as perspectivas para as obras de melhorias nas rodovias MGs 050, 105, 214, 290, 425, 427, 462, 760. LMGs 406 e 674, e BRs 135, 251, 365, 367 e 381

Atualmente, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra) tem duas rodovias concessionadas – ambas em governos anteriores -, sendo elas a MG-050, no modelo Parceria Público-Privada, e a BR-135.

No que tange à PPP da MG-050, a Seinfra está realizando, mensalmente, reuniões técnicas com representantes da concessionária AB Nascentes das Gerais, deputados, vereadores e lideranças da região para apresentar, discutir e avançar com o novo planejamento de intervenções obrigatórias na rodovia MG-050, proposto em conjunto. Os resultados desse monitoramento já estão sendo sentidos, com significativos avanços nas obras nas cidades envolvidas na concessão.

Sobre a BR-135, a Seinfra destaca que o grupo EcoRodovias venceu o leilão do lote em fevereiro de 2018 e assinou o contrato de concessão com a Secretaria em 19/6/18. O início do prazo contratual se deu em 1/7/18. Os serviços operacionais começaram em 17/12/18 e a cobrança de tarifa em 1/4/19. A concessionária opera trecho de 364 km de extensão, dos quais 136 km serão duplicados e 110 km receberão faixas adicionais.

A BR-381 é uma rodovia de responsabilidade do Governo Federal. Entretanto, a Seinfra tem atuado em constante diálogo com o Ministério da Infraestrutura e com a equipe do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que anunciou, neste ano, a inclusão da rodovia em um grande pacote de concessões. O Governo do Estado vem acompanhando os avanços das iniciativas, inclusive com a participação nas consultas públicas. A Secretaria reconhece a importância deste engajamento junto ao Governo Federal e da celeridade nas obras da BR-381, que são cruciais para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Por outro lado, as BRs 364 e 365 já foram licitadas com êxito pelo Governo Federal em setembro, e o Governo de Minas Gerais, por meio da Seinfra, vai se envolver na execução do contrato, para garantir que os serviços possam ser prestados de maneira adequada para os cidadãos mineiros - a despeito da competência ser do Governo Federal.

Já sobre a rodovia LMG-760, que liga o Vale do Aço à Zona da Mata, foi realizada visita *in loco* ao trecho pelo secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Marco Aurélio Barcelos, para verificar o estado da via e entender o status da paralisação – que ocorreu ainda em novembro de 2018.

Cabe ressaltar, sob esse contexto, que a pavimentação do trecho da LMG-760 é uma das obras prioritárias da Seinfra, que solicitou a priorização dentro das compensações pelo desastre de Mariana. Está sendo feita a negociação junto à Fundação Renova para que as obras possam ser concluídas em sua integralidade.

Cabe ressaltar que, no intuito de viabilizar melhorias em estradas mineiras, a Seinfra lançou em maio o seu Programa de Concessões Rodoviárias, conforme já mencionado anteriormente. Dentro do programa, está incluída a MG-290. A rodovia é uma das contempladas no lote Pouso Alegre-Itajubá, com 379,5 km de extensão e estimativa de R\$ 1,2 bilhão em investimentos. Sobre as demais rodovias questionadas, seguem abaixo os status:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)	Natureza dos Trabalhos	Situação
MG-105	Águas Formosas - Pavão	45,6	Recuperação Funcional	Obra a licitar
MG-105	Fronteira dos Vales - Joáima (Entrº MG-205)	13,6	Melhoramento/Pavimentação	Obra paralisada
MG-427	MG-427 - Conceição das Alagoas	20,0	Melhoramento/Pavimentação	Obra paralisada
MGC-462	Construção de viaduto sobre a ferrovia Centro Atlântica (FCA), trecho Entrº BR-452 (Perdizes) - Entrº BR-262	36,40m x 10,40m	Obra de Arte Especial	Obra contratada
MGC-462	Entrº BR-452 (Perdizes) - Entrº BR-262	24,0	Melhoramento/Pavimentação	Obra paralisada
MGC-251	Entr. MG/406 (Pedra Grande) - Pedra Azul	58,0	Melhoramento/Pavimentação	Projeto paralisado
MG-406	Entr. MGC/251 (Pedra Grande) - Almenara	35,0	Melhoramento/Pavimentação	Projeto paralisado
MG-214	Capelinha - Itamarandiba	52,0	Melhoramento/Pavimentação	Projeto paralisado
MG-214	Itamarandiba - Senador Modestino Gonçalves	47,0	Melhoramento/Pavimentação	Projeto paralisado

Classificação	Tema enfatizado
Transporte e Trânsito – Infraestrutura Rodoviária Agropecuária – Instrumentos de Desenvolvimento Agrícola – Adequação viária Indústria, Comércio e Serviços – Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico	Estudo sobre a duplicação da BR-491/MG, transferida ao Governo do Estado de Minas Gerais por força da Lei Federal nº 13.298/2016, nos trechos que cortam o Sul de Minas, diante de sua importância para o escoamento da produção agrícola dessa região.

Importante destacar que as obras de melhoramento, pavimentação e duplicação da BR-491, no trecho do entroncamento da BR-381 a Varginha, foram paralisadas ainda no governo anterior, em outubro de 2018.

A BR-491 está incluída dentro do referido Programa de Concessões, lote Varginha-Furnas, cuja extensão totaliza 434,5km. O trecho da BR-491 em questão tem extensão de São Sebastião do Paraíso ao entroncamento com a BR-381 em Varginha.

A expectativa é que o edital seja publicado ainda em 2020, com estimativa de R\$ 1,2 bilhão em investimentos no lote.